



DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO CONTEXTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

GT - Economia Solidária, Economia da Cultura e Políticas Públicas

Fabiane Correia da Cunha¹

RESUMO

A Economia Solidária é decorrente das intensas lutas de trabalhadores que se colocaram contrários ao sistema capitalista de produção e consumo que não respeitava a preservação dos recursos naturais essenciais a qualidade de vida das presentes e futuras gerações. Esta nova forma de economia representa práticas ligadas ao fator humano como finalidade principal de suas atividades, como forma de vencer as dificuldades decorrentes da exclusão social e das baixas expectativas em relação mundo do trabalho. Dessa forma, tem como base o trabalho coletivo, autogestionário e solidário, além do cuidado com o meio ambiente. São justamente estas ações coletivas capazes de promover os atuais padrões em direção ao desenvolvimento sustentável. Neste sentido, o presente artigo tem como objetivo analisar o desenvolvimento sustentável no contexto da Economia Solidária. Para atingir este feito, a metodologia utilizada baseou-se em pesquisas bibliográficas em trabalhos de autores que se atentam para questões deste tipo. Acredita-se na sustentabilidade ambiental nos princípios da Economia Solidária porque ela se apresenta como uma ação alternativa, se manifestando por meio da cooperação. O trabalho organizado nos empreendimentos econômicos solidários exige a solidariedade dos membros por se tratar de uma organização socialmente justa.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável. Economia Solidária. Sustentabilidade.

1 INTRODUÇÃO

A Economia Solidária surge como uma nova alternativa de trabalho que se coloca como contrária ao sistema capitalista excludente e massificador. Evidencia-se suas ações cotidianamente pelos desempregados, trabalhadores informais, biscoiteiros e pequenos empreendedores.

Esta economia é uma realidade que faz pulsar a vida de muitos trabalhadores no Brasil, garantindo maior circulação de bens humanos e de justiça social. Nesta perspectiva,

¹ Graduada em Tecnologia em Gestão de Cooperativas pelo Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. E-mail: fabiane_correia@hotmail.com.



este movimento está voltado para a promoção da coletividade para a prática da cidadania e principalmente, do cuidado com o meio ambiente.

Acredita-se que os debates a cerca do desenvolvimento sustentável na atualidade vem surgindo como resposta à necessidade de ambientalização do mesmo, uma forma de se exercer o poder cidadão que está embutido na mente dos consumidores da sociedade capitalista. O chamado consumidor sustentável se coloca como peça chave nesta questão. Este, é responsável por ajudar a construir uma sociedade sustentável por meio de suas escolhas cotidianas. Neste cenário, a produção e o consumo implicam em pensar a sustentabilidade na qualidade dos serviços e na perspectiva social, englobando a geração e distribuição justa de renda.

As iniciativas da Economia Solidária, ao propor uma organização de trabalho coletivo e solidário, permitindo a reciprocidade entre os envolvidos, se apresentam como alternativas ao sistema capitalista, onde a questão do bem-estar social é fundamental. São capazes de fomentar a cooperação em relação a desigualdade a uma realidade onde poucos indivíduos são detentores de mais bens materiais, enquanto muitos se apropriam de pouquíssimos.

O presente artigo tem como objetivo analisar o desenvolvimento sustentável no contexto da Economia Solidária. Para atingir este feito, realizaram-se pesquisas bibliográficas que atentam para questões deste tipo.

Portanto, a divisão do trabalho se deu em cinco capítulos. O primeiro é referente à revisão bibliográfica incluindo os seguintes tópicos: antecedentes das questões ambientalistas, desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade, desenvolvimento voltado para o consumo sustentável e a trajetória da Economia Solidária no Brasil. O segundo se refere à metodologia utilizada. O terceiro capítulo traz informações sobre os resultados obtidos. O quarto aborda as conclusões inerentes da finalização do artigo. Já o quinto e último apresenta as referências utilizadas no decorrer deste trabalho.



2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Antecedentes das Questões Ambientalistas

O movimento ambientalista que propôs a defesa de um futuro para as próximas gerações vem produzindo desde a década de 1960 relatórios, tratados e decretos que buscam chamar a atenção sobre os problemas que o meio ambiente vem sofrendo, defender a preservação dos recursos esgotáveis e a biodiversidade e especialmente, garantir que as pessoas se conscientizem sobre a importância das questões ligadas aos recursos naturais (LIMA, 2006).

Dentre os documentos criados para defesa do meio ambiente, podem-se citar o relatório “Os Limites do Crescimento” criado em 1968 pelo Clube de Roma, que tinha como objetivo mostrar que o crescimento populacional e industrial é exponencial, enquanto que o planeta é finito, neste caso se o crescimento continuasse igual seriam necessárias mudanças para promover o desenvolvimento sustentável, sendo que a solução seria o crescimento zero (LIMA, 2006).

No ano de 1972, foi realizada a Conferência de Estocolmo produzida pela Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente, esta teve como foco direcionar a atenção das nações para as questões ambientais, desta forma se caracterizou como o marco histórico decisivo para o surgimento de políticas ambientais. De acordo com Lima (2006) na mesma década, houve a Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental em Tblisi, ex-União Soviética, que estabeleceu os princípios que regeriam a educação ambiental e ainda enfatizou seu caráter interdisciplinar, crítico e transformador.

Em 1987 houve a publicação do documento “Nosso Futuro Comum” pela Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecido como “Relatório Brundtland”, que trouxe consigo um dos conceitos mais relevantes sobre desenvolvimento sustentável, definido como “[...] aquele que atende às necessidades dos presentes sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades” (CMMAD, 1988).

Já na Conferência Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO-92, realizada na cidade do Rio de Janeiro em 1992, em seu Fórum Internacional de Organizações Não-Governamentais (ONGs), foi assinado o “Tratado Sobre Consumo e Estilo de Vida”, que



alerta para os graves problemas globais de desenvolvimento e meio ambiente, enfrentado pelo mundo e defende que os mesmos são decorrentes de uma ordem econômica ligada a produção e consumo em larga escala, o que esgotaria os recursos naturais. Para reverter este quadro, seria necessário, portanto, o desenvolvimento de novos valores culturais e éticos capazes de reorientar nosso estilo de vida. Esta proposta se baseia em padrões de produção e consumo justos e sustentáveis, tendo como princípios básicos aplicados aos produtores e consumidores: a revalorização, a reestruturação, a redistribuição, a redução, a reutilização e a reciclagem. A partir daí, surgiram às discussões a respeito do papel do consumo na degradação ambiental que contribuiu para a problemática ambiental de maneira geral (LIMA 2006).

Por fim, a Agenda 21 foi outro documento produzido a partir da Conferência do Rio de Janeiro em 1992, que tinha como finalidade se tornar um programa de ação para estimular as práticas sustentáveis voltadas para as discussões nas políticas pública de meio ambiente (CNUMAD, 1995).

2.2 Desenvolvimento Sustentável e a Sustentabilidade Ambiental

O conceito de desenvolvimento sustentável procura colocar em pauta a necessidade da ligação entre o desenvolvimento econômico-social com o respeito aos recursos ambientais. Ele traz como característica atitudes que exigem mudanças nos valores e comportamentos econômicos, fazendo com que a sociedade tenha consciência dessas ideologias. Neste cenário “[...] os conflitos socioambientais emergem de princípios éticos, direitos culturais e lutas pela apropriação da natureza que vão além da internalização dos custos ecológicos para assegurar um crescimento sustentado.” (LEFF, 2004 apud LIMA, 2006, p. 11). Então é necessário o desenvolvimento de novos valores que transformem as estruturas econômicas vigentes e recrie novos padrões de vida.

Em termos conceituais, o desenvolvimento sustentável pode ser definido como um processo em que não se reduz a utilidade do patrimônio ambiental. Siqueira (2008) ainda acrescenta que para se atingir um desenvolvimento realmente sustentável, as antigas formas de discutir os transtornos ambientais devem ser substituídas, fazendo uso dos conhecimentos disponíveis para que aspectos financeiros, materiais e humanos sejam trabalhados com mais



eficiência, especialmente no Brasil, onde as áreas ambientais já se encontram em processo de escassez.

Acredita-se que o desenvolvimento sustentável ocorre quando o crescimento econômico traz oportunidades para a sociedade, sem destruir a natureza e sem ultrapassar a capacidade de suporte de carga do planeta. Gardner (2006 apud Lima, 2006) ressalta que é preciso ter ética para mudarmos e repensarmos o nosso consumo, trata-se de uma questão de disciplina que propõe limitar o consumo do que já temos.

Nesta perspectiva, a sustentabilidade do desenvolvimento propõe o uso racional dos recursos naturais, garantindo a disponibilidade para as próximas gerações. Porém, é cabível lembrar que estes discursos são carregados de conflitos de interesses uma vez que abrangem questões ambientais. Portilho, 2005 (apud Lima, 2006) descreve o conflito de interesses ligados a produção e que atualmente discute-se o que fazer sob as análises realizadas sobre o consumo. De todo modo, o consumo também passar a ser um dos agravantes dos danos ambientais que enfrentamos. Se no contexto da produção propõem-se a redução da produção, nos padrões de consumo surge a necessidade também de sua redução.

Assim, a sustentabilidade considera que os recursos advindos do meio ambiente não são renováveis e inesgotáveis por isso, alerta para a dinâmica do sistema capitalista de onde ocorre a apropriação dos recursos naturais sem quaisquer cuidados com a qualidade de vida do ambiente. Também consideram importante que ocorram mudanças profundas nas relações sociais, econômicas, políticas, territoriais e ecológicas. A Agenda 21 produzida pela Conferência do Rio de Janeiro em 1992, também já tratava a sustentabilidade como um programa de ação para estimular que políticas públicas fossem criadas para a intensificação de práticas ecologicamente sadias (CNUMAD, 1995).

2.3 Desenvolvimento Pautado no Consumo Sustentável

Com o advento da Revolução Industrial surge um modelo de crescimento econômico voltado para o consumo exagerado. Tal consumo vem acarretar sérios entraves nas reservas do planeta, porque à medida que se retira do meio ambiente mais do que o necessário, não se dá tempo suficiente para sua renovação (JUSTINO, 2010). Esse modelo de desenvolvimento,



pautado no consumo, torna necessário uma mudança de postura tendo como finalidade o não comprometimento da utilização futura desses recursos.

Os ideais da sustentabilidade abrem um campo de perspectivas e delas emergem novos conceitos como o consumo sustentável, que segundo Furriela (2001 apud Lima, 2006, p. 14) pode ser definido como:

[...] consumo de bens e serviços promovido com respeito aos recursos ambientais, que se dê de forma que garanta o atendimento das necessidades das presentes gerações, sem comprometer o atendimento das necessidades das futuras gerações. A promoção do consumo sustentável depende da conscientização dos indivíduos da importância de tornarem-se consumidores responsáveis. Depende ainda de um trabalho voltado para a formação de um consumidor-cidadão. Esse trabalho educativo é essencialmente político, pois implica a tomada de consciência do consumidor do seu papel de ator de transformação do modelo econômico em vigor em prol de um novo sistema, de uma presença mais equilibrada do ser humano na Terra. O consumidor é ator de transformação, já que tem em suas mãos o poder de exigir um padrão de desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente equilibrado.

De todo modo, a adoção a esta nova prática de consumo está ligada a aspectos como poupar recursos naturais, minimizar o desperdício, reutilizar e reciclar os materiais utilizados no dia a dia. Lima (2006) lembra que existe um órgão do governo denominado Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC), que trata justamente da defesa do consumo sustentável. Tal órgão é aliado ao Ministério do Meio Ambiente que atua nas áreas de educação e na capacitação de agentes multiplicadores e visa à informação de pessoas conscientes, utilizando como suporte a publicação “Consumo Sustentável: Manual de Educação”, além de outros guias de práticas de consumo sustentável.

Estas iniciativas educativas para adoção de práticas de sustentabilidade são discursos que contribuem para o movimento ambientalista, são bandeiras importantes na medida em que defendem a reciclagem, a economia dos recursos e a preservação da biodiversidade. Neste sentido, as campanhas de conscientização e o viés mercadológico que dão destaque ao mercado ecologicamente correto, poderão contribuir significativamente para as ações citadas aqui.

Fica evidente, quando se estuda a questão do consumo sustentável, que existe uma grande desigualdade no poder de consumo ao se comparar diferentes segmentos de uma sociedade e, ainda, diferentes sociedades. [...] De acordo com dados da Organização das Nações Unidas (ONU), 20% daqueles com maior renda no mundo são responsáveis por 86% dos gastos totais com consumo de bens, enquanto os 20% mais pobres têm acesso a apenas 1,3% dos bens de consumo. [...] Ao se tratar do



consumo sustentável [...] busca-se a implantação dos conceitos de equidade e justiça social. (FURRIELA, 2001 apud LIMA, 2006, p. 16).

No que se refere à produção e consumo sustentável, é necessário considerar os termos socialmente justos, ambientalmente responsável e economicamente viáveis, pois as mudanças no modo de agir e pensar das pessoas poderão ser aguçadas, de modo que suas perspectivas de produção e consumo trarão benefícios para o desenvolvimento local, regional e principalmente, social (LIMA, 2006).

Nesse sentido, o consumo é encarado como um ato responsável e político, onde o resultado da minha opção de consumo vai alimentar este novo modelo de sociedade, baseado na centralidade da vida e no respeito às gerações futuras, como espaço de articulação das redes e cadeias nacionais e internacionais. Ou minha opção vai ser de investir no consumo de produtos e marcas que são responsáveis por alimentar a indústria bélica, os grandes laboratórios químicos que promovem o desenvolvimento de transgênicos, venenos e morte. (BERTUCCI et al., 2010, p. 26).

2.4 Economia Solidária

Ao longo da evolução do sistema capitalista de produção aliados aos avanços materiais produtivos e tecnológicos, verificou-se uma grande quantidade de excluídos de um padrão de consumo que não se conscientizou da preservação ambiental.

No caso do Brasil, é cabível lembrar que este padrão de produção e consumo constituiu-se a partir da década de 1950, com os avanços da industrialização, mais especificamente no governo de Juscelino Kubitschek, com o chamado Plano de Metas. Neste período, os brasileiros experimentaram uma economia moderna semelhante aos dos países desenvolvidos. A industrialização crescente aliada à urbanização multiplicou as oportunidades de emprego, porém aumentaram-se as desigualdades mediante o quadro do progresso material, além do aumento da pobreza originada da migração do processo campo-cidade, onde muitos foram em busca de trabalho. Este fato se problematizou ainda mais na década de 1980 quando a economia estava em crise com altos índices inflacionários, a liberação do comércio externo e a privatização de empresas (MORAIS, 2010).

Após o aumento do desemprego sempre crescente e com o domínio do capital, uma nova proposta se propôs a resgatar outras práticas alternativas: a Economia Solidária. Caracterizada como um conjunto de práticas autogestionárias de produção, comercialização,



de trocas e serviços, tem-se mostrado completamente diferente em relação ao modelo econômico capitalista. Elas questionam na sua própria essência, as bases do modelo em que surgiram a pobreza e exclusão (NUNES, 2011).

De acordo com Bertucci et al., (2010, p. 14) a Economia Solidária pode ser definida como:

[...] um movimento social que luta pela mudança da sociedade, por uma forma diferente de desenvolvimento, que não seja baseado nas grandes empresas nem nos latifúndios com seus proprietários e acionistas, mas sim um desenvolvimento para as pessoas e construída pela população a partir dos valores da solidariedade, da democracia, da cooperação, da preservação ambiental e dos direitos humanos.

Morais (2011) diz que é importante lembrar os valores da Economia Solidária, os quais podem contribuir com uma mudança social em relação os hábitos de consumo. Do ponto de vista da sustentabilidade dos empreendimentos, além dos fatores técnicos, gerenciais e econômicos, incluindo a determinação do preço acessível que será comercializado, é possível pensar nos aspectos sociais e ambientais.

Nesta perspectiva, os empreendimentos solidários que prezam pelas questões ambientais e a necessidade de se repensar o atual padrão de consumo frente ao processo acelerado do capitalismo, abre espaços para avançar em projetos que atentem para a sustentabilidade ambiental.

Silva e Nagem (2012) acreditam que na Economia Solidária, a autogestão é entendida não apenas como um instrumento de gestão coletiva, mas também como uma maneira de proporcionar um trabalho digno frente o desemprego. Esta economia é praticada tanto por empreendimentos de pequeno porte, como por cooperativas de abrigam trabalhadores que se organizam para autogerir uma empresa que passou por um processo falimentar.

As organizações solidárias possuem uma lógica peculiar. Não podem trabalhar copiando ou tendo como referência o planejamento típico das empresas capitalistas. Culturalmente, os instrumentos da gestão, planos de negócio, análise de mercado e projetos de viabilidade, devem ser pautados de acordo com a realidade que cada empreendimento vivência em determinados momentos (KRAYCHETE, 2011a). Nestas organizações as instalações, as máquinas e outros equipamentos pertencem aos membros, assim como os resultados obtidos com seus trabalhos. Os ganhos econômicos são distribuídos de acordo com as regras decretadas pelos participantes. Para que as atividades possam acontecer nos



empreendimentos, é importante que cada associado assuma seu papel com compromisso social. Estas regras de funcionamento colocadas pelos próprios membros determinam a gestão da organização (KRAYCHETE, 2011b).

Assim, a Economia Solidária se apresenta como uma nova alternativa para geração de trabalho e renda, inclusão e fortalecimento social como resposta aos trabalhadores pobres e excluídos em relação às mudanças que ocorrem no mundo do trabalho. Esta nova forma de economia privilegia o trabalho coletivo, a justiça social, o cuidado com os recursos naturais e a responsabilidade com as futuras gerações (CHAVES e PINTO, 2007).

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a construção deste artigo contou com pesquisas bibliográficas, utilizando como suporte consulta a artigos, livros, monografias e trabalhos científicos, que evidenciaram contribuições fundamentais de autores que trabalham com a temática em questão.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este item do artigo é conduzido com a ideia de oferecer uma abordagem das teorias sustentáveis impregnadas na Economia Solidária. Torna-se necessário uma discussão sobre desenvolvimento sustentável no rol desta nova forma de economia, a qual pode ser uma chave para se atingir tal intento.

Visando entender os atuais desafios e enriquecer as possibilidades de ação dos consumidores, é necessário refletir sobre o que levou a utilização exagerada dos recursos naturais. Com a Revolução Industrial, surgem os objetos de consumo descartáveis, isto porque a produção de bens começou a acelerar. Ao proporcionar os preços baixos desses materiais, a industrialização ocasionou o aumento da oferta e da acessibilidade desses objetos mais rapidamente por parte dos indivíduos. Ao permitir a produção em massa, fez com que os materiais descartáveis passassem a ser de conhecimento de todas as pessoas (JUSTINO, 2010). O desenvolvimento tecnológico decorrente da Revolução Industrial contribuiu para



que se tornassem cada vez mais escassos os recursos ambientais e intensificou a chamada “sociedade de consumo”.

É importante destacar as contradições que o capitalismo vem levando grande quantidade de trabalhadores a buscar alternativas de inserção no mundo do trabalho. Estas iniciativas, decorrentes de lutas pela sobrevivência desses trabalhadores, são entendidas por muitos autores como uma criação de outra lógica de produzir e distribuir os bens demandados pela sociedade. A partir destas iniciativas, surgem as tentativas de construir uma racionalidade política, econômica, social e ecológica (SOUZA, 2011).

Com o decorrer do tempo, percebe-se que o mundo vem passando por algumas transformações na estrutura ambiental. As sociedades modernas se deparam com as preocupações com a sustentabilidade, levando a uma série de questionamentos e buscas de alternativas que promovam o desenvolvimento das populações do presente e do futuro, ao mesmo tempo em que a preservação dos recursos advindos da natureza é observada com mais atenção. Dessa forma, vem surgindo também às práticas ecológicas pautadas em valores que fazem parte da solidariedade e cooperação, como maneira de resistência dos trabalhadores vítimas dos efeitos causados pela globalização (SOUZA, 2011). Esta análise das teorias e propostas do desenvolvimento sustentável leva-nos ao encontro da Economia Solidária, ao entender os princípios do ambientalmente responsável e socialmente justo (JUSTINO, 2010).

As iniciativas de Economia Solidária surgem num contexto de controvérsias de um modelo de desenvolvimento que produz riquezas para poucos e pobreza para muitos. São consolidados avanços na construção de uma visão sobre a relação entre o meio ambiente e as pessoas, superando o ideal da exploração dos recursos ambientais. Neste cenário, surge a necessidade de um desenvolvimento pautado na sustentabilidade.

A Economia Solidária incorpora o paradigma da solidariedade, que tem como base o compartilhamento dos dons com a natureza. Neste sentido, surge a cultura da corresponsabilidade, onde todos os participantes são responsáveis pelo cuidado com a natureza, para que se beneficiem dos seus recursos igualmente, sem atingir negativamente seu próximo (SOUZA, 2011). Ainda de acordo com o mesmo autor, o objetivo primordial da organização solidária dentro da lógica desta forma de economia é a emancipação do ser humano aliado a construção do sistema que integre a dimensão econômica, social e ecológica e que garantam a sobrevivência dos envolvidos.



Por conseguinte, a Economia Solidária foi concebida para ser uma alternativa diferente do capitalismo por proporcionar as pessoas o direito de produzir, consumir e ter uma vida melhor. Não apenas no sentido de consumir, mas também melhorar o relacionamento com os próximos.

Os empreendimentos da Economia Solidária não objetivam o lucro e a competitividade a qualquer custo. Diferentemente das grandes empresas que querem enriquecer mais rapidamente, esses empreendimentos se baseiam em outros indicadores de desenvolvimento que significam não maiores lucros, mas o bem-estar social. A Economia Solidária encontra-se assim nos debates sobre outras possibilidades humanas, que viabilizem melhores condições de vida (LIMA, 2006). Ao mesmo tempo, busca dentro de uma realidade local um crescimento econômico baseado em valores humanos, em ações sociais e ambientais sustentáveis.

A Economia Solidária representa práticas ligadas ao fator humano como finalidade principal de suas atividades, como forma de vencer as dificuldades decorrentes da exclusão social e baixas expectativas em relação mundo do trabalho. Essa nova forma de produção e consumo tem como base o trabalho coletivo, autogestionário e solidário, além de ter como meta o cuidado com o meio ambiente. São justamente estas ações coletivas capazes de promover os atuais padrões em direção a sustentabilidade.

Os empreendimentos solidários atuam na coletividade, nos quais trabalhadores exercem a gestão coletiva de seus empreendimentos para realização de suas atividades econômicas. Segundo o Atlas da Economia Solidária no Brasil, elaborado pelo Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) no ano de 2005, entre as atividades mais realizadas pelos empreendimentos estão as de serviços e cultivos agrícolas e fabricação de produtos têxteis. Sob o ponto de vista do cuidado com o meio ambiente, do total de empreendimentos, 6.144 produzem sem utilizar agrotóxicos, 7.121 realizam tratamento dos resíduos recicláveis e 634 reaproveitam materiais. Estes dados significam que grande parte desses empreendimentos solidários se preocupa com as questões ambientais (BRASIL, 2006).

Observa-se a relação harmônica que deve ser tratada pelo movimento da Economia Solidária e a responsabilidade ambiental. Essas questões se encaixam perfeitamente em um momento em que vale pensar em um desenvolvimento ambientalmente saudável (MORAIS, 2010).



A identidade e o reconhecimento dos produtos e serviços da Economia Solidária por parte dos consumidores é também de extrema importância. Tal reconhecimento depende de garantias, estas são baseadas na autogestão, que envolvem várias cadeias incluindo os produtores, os consumidores e os distribuidores que contribuem para o processo de certificação e construção da identidade dos empreendimentos. Além disso, esses processos são importantes para a construção de uma identidade dentro dos próprios territórios, fortalecendo o desenvolvimento local (BERTUCCI, et al., 2010).

Para o avanço do reconhecimento e identidade desta outra economia, torna-se importante a consolidação de um Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário que regulamente e dê tranquilidade e identidade ao consumidor responsável. Hoje no Brasil (e resistem) várias iniciativas de comercialização e logística para o bem viver. Temos lojas, feiras agroecológicas e de Economia Solidária, centrais de comercialização, armazéns, entrepostos para comercialização, centros públicos de formação e comercialização, clubes de trocas, grupos de consumo e muitas outras mais, que de forma coletiva se organizam para produzir, comercializar e consumir de maneira justa e responsável. (BERTUCCI et al., 2010, p. 25).

Acredita-se na sustentabilidade ambiental nos princípios da Economia Solidária, porque ela se apresenta como uma ação alternativa, se manifestando por meio da cooperação. O trabalho organizado nos empreendimentos econômicos solidários exige a solidariedade dos membros por se tratar de uma organização socialmente justa. Esses empreendimentos são abertos voluntariamente a todos, desde que estejam dispostos a assumir as suas responsabilidades.

Assim, é possível incorporar entre os princípios da Economia Solidária a questão ambiental e a sustentabilidade como modelos primordiais para o desenvolvimento. Com a união da cooperação, da autogestão e da solidariedade é possível promover práticas autosustentáveis, capazes de contribuir com a produção de bens e serviços com responsabilidade e preocupação ambiental (MORAIS, 2011).

5 CONCLUSÃO

As informações expostas aqui levam a afirmar que a ideia de desenvolvimento sustentável pode existir, e que a Economia Solidária é uma das alternativas colocadas para respostas a este anseio.



A abordagem adotada por este artigo contribui não apenas para esclarecer a eficiência econômica dos empreendimentos solidários e mostrar que suas atividades contribuem para o desenvolvimento do país, mas também procurou-se em trazer conhecimentos a cerca da dimensão da sustentabilidade que estes empreendimentos promovem, colocando as pessoas a serviço de uma nova forma de sociedade, onde o objetivo maior é encontrado na cooperação, na solidariedade e justiça social.

Os indivíduos inseridos nos empreendimentos baseados na autogestão, dentro dos ideais da Economia Solidária, são capazes de encontrar neste movimento uma saída ao atual mercado capitalista. Ao enfrentar as regras impostas pela competição avassaladora, que visa somente o ganho do lucro, se deparam com novas formas de geração de emprego e renda para as famílias, além de encontrarem peças importantes para a construção de uma sociedade mais sustentável, uma vez que estas iniciativas promovem melhores condições de vida e a diminuição da exclusão social.

REFERÊNCIAS

BERTUCCI, A.; LIMA, C.; TYGEL, D.; NAGEM, F.; AMORIM, R.; SOUZA, R. P.; KIRSCH, R.; SILVA, S. Economia Solidária: outra economia a serviço da vida acontece. **Campanha da Fraternidade Ecumênica**, v. 1, 2010. 1-46 p.

BRASIL. **ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL 2005**. Brasília: MTE, SENAES, 2006. 60 p.

CHAVES, D. F.; PINTO, I. M. J. Economia solidária como alternativa ao desenvolvimento regional. **Revista T&C Amazônia**, v. 10, 2007. 1-8 p.

CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**: relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988. 318 p.

CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Agenda 21**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1995. 150 p.

FURRIELA, Rachel Biderman. **Educação para o Consumo Sustentável**. Ciclo de Palestras sobre Meio Ambiente. MEC/SEF/COEA, 2001. 47-55 p. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/download/cibec/pce/2001/47-55.pdf>> Acesso em: 28 de Jun. de 2015.



GARDNER, G. **Precisamos de uma ética da suficiência.** Entrevista cedida ao IHU On-Line. Textos recebidos pelo Grupo de Discussão em Economia Solidária no CIBEA. Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental, 2006. 20 p.

JUSTINO, A. N. P. **Desenvolvimento e Sustentabilidade Ambiental.** Natal: EdUnP, 2010. 39 p.

LIMA, S. T. S. **Iniciativas de Economia Solidária:** um estudo de caso por uma produção e consumo sustentáveis. Trabalho de Conclusão de Curso. Piracicaba: Universidade de São Paulo/Departamento de Economia, Administração e Sociologia, 2006. 42 p.

LEFF, E. **Saber Ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2004. 200 p.

KRAYCHETE, G. **Viabilidade Econômica e Sustentabilidade dos Empreendimentos da Economia Solidária.** Salvador: Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE), 2011a. 11 p.

KRAYCHETE, G. **Estudos de Viabilidade dos Empreendimentos Associativos:** uma metodologia apropriada. Salvador: Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE). 2011b. 18 p.

MORAIS, L. P. Empreendimentos Econômicos Solidários no Meio Urbano e a Agenda Ambiental: possibilidades e entraves no Brasil Atual. **IPEA: Mercado de Trabalho**, v. 42, 2010. 66 p.

NUNES, D. **A Economia Solidária como Projeto de Sociedade.** Salvador: Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE). 2011. 22 p.

PORTILHO, Fátima. **Sustentabilidade Ambiental, Consumo e Cidadania.** São Paulo: Cortez, 2005. 255 p.

SILVA, S. P.; NAGEM, F. A. Dimensões estruturais dos Empreendimentos de Economia Solidária: uma análise para os Estados da Bahia e Paraná. **Documentos Técnico-Científicos**, v. 43, 2012. 18 p.

SIQUEIRA, L. C. Política Ambiental Para Quem? Campinas: Revista **Ambiente & Sociedade**, v. 11, 2008. 425-437 p.

SOUZA, C. M. **Economia Solidária e Desenvolvimento.** Salvador: Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE). 2011. 17 p.